

SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO

Sessão ordinária de 07 – 12 - 2018

Ata nº 07

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
António Manuel Domingues	1º Secretário	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	F
Jorge Renato Vieira Ribeiro	P	David Manuel Barbeitos	P
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P	José Luís Douteiro	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	P	Agostinho Alves	P
Jorge Manuel Fernandes a)	P	Rui Manuel Nóvoas Pinho Gonçalves	P
Carlos Alberto Codesso	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	P	José da Ascensão Afonso	P
Carla Maria esteves Lima	P	Alfredo Domingues	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Amadeu Esteves	P
Manuel António Fernandes	P	Ricardo Jorge Alves	P
Carla Sofia de Abreu	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
António José Gomes Nabeiro	P	Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas	P
Vânia Cristina Barros Faria Dantas	P		
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P		
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	F		
António Manuel Vieira	F		
Paulo Jorge Azevedo	P		

P-Presença F-Falta

a)Substitui Manuela Maria Cortes Lobato

Quando eram dezoito horas, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. O primeiro secretário procedeu à chamada dos membros desta Assembleia, tendo faltado os seguintes deputados: Alexandra Cláudia Sousa Táboas, António Manuel Vieira, José Carlos Gonçalves.

A Presidente da Assembleia colocou a proposta de ata à discussão, tendo pedido a palavra os deputados José Albano Domingues e Manuel António Fernandes, para fazer alguns reparos à mesma. De seguida, a ata foi posta a votação tendo sido aprovada por unanimidade com as devidas correções.

Seguidamente a Presidente da Assembleia solicitou ao deputado Manuel Luís Gonçalves, que fizesse um breve resumo da última reunião da CIM-Alto Minho, que decorreu a 30 de novembro no Auditório da Fundação Bienal de Vila Nova de Cerveira.

Após esta intervenção a Presidente da Assembleia, e na sequência da recomendação feita à Mesa da Assembleia na reunião anterior, pela deputada Fátima Táboas, relativamente ao parecer solicitado pelo grupo da coligação sobre a legalidade/ilegalidade das alterações orçamentais executadas pelo Presidente da Câmara, pediu ao deputado Jorge Ribeiro que, se assim o entendesse, se pronunciasse sobre o assunto.

O deputado Jorge Ribeiro, começou por dizer que, só por consideração à Presidente da Assembleia, se iria referir ao assunto para dizer que, não tem nenhum parecer e que voltaria ao assunto quando e se o entendesse.

Assunto nº 63	Período de “Antes da Ordem do Dia”.
----------------------	--

Aberto este período de “antes da ordem do dia”, pela Presidente da Mesa da Assembleia, solicitaram da palavra os deputados: Manuel Luís Gonçalves, Maximiano Gonçalves, Tiago Lourenço, Manuel António Fernandes, José Albano Domingues, Diogo Castro, Paulo Rodrigues e Jorge Ribeiro.

A Presidente da Assembleia começou por dar a palavra ao deputado Manuel Luís Gonçalves, que se referiu ao encerramento dos CTT em Melgaço, assunto que considerou ter provocado alguma agitação junto da população concelhia e que procurou esclarecer através da apresentação de uma Moção, subscrita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a qual será anexa à presente ata.

A presidente da Assembleia colocou a Moção apresentada à discussão, tendo começado por intervir o deputado José Luís de Outeiro, recordando à assembleia, que a empresa CTT, é uma empresa privada, que procura o lucro e que, fundamentalmente, aposta nas zonas do litoral com mais população. A referida empresa está a vender ativos para distribuir aos seus acionistas sem olhar aos interesses públicos. A solução encontrada no concelho de Melgaço veio assegurar



esse serviço público, já que não porá em causa os serviços até agora prestados pelos CTT.

De seguida, interveio o deputado José Albano Domingues, que em relação à Moção apresentou a seguinte intervenção: começou por registar, antes de mais, que nada têm, contra a empresa privada que ficou com o Posto de Correios. Relembrou que somos a única sede de concelho do Distrito de Viana do Castelo (aliás, segundo se sabe, a única sede de concelho em todo o país), em que a Estação de Correios tenha sido encerrada no âmbito deste último processo. Não faz qualquer sentido o, repetido, ataque aos governos de direita quando é certo que foi o governo do Eng.º Sócrates e do Ministro Teixeira dos Santos quem assinou o Memorando da Troika, numa altura em que o estado das contas públicas era lastimável e que nem dinheiro havia para pagar os funcionários públicos dali a dois meses, memorando esse que, como é sabido, previa a privatização de empresas, como é o caso dos CTT. Prosseguiu colocando ao Presidente da Câmara as seguintes questões: quando teve conhecimento da intenção ou decisão de encerramento da Estação de Correios, e é verdade ou mentira que já em junho deste ano foi contactado e teve uma reunião, no edifício desta Câmara ou noutro lugar, com os responsáveis dos CTT onde lhe foi dado conhecimento dessa intenção de encerramento? porque é que não foi dado conhecimento institucional aos senhores e senhoras vereadores e deputados municipais, nos Órgãos Autárquicos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal e à população melgacense em geral?; que diligências, esforços ou medidas foram empreendidos ou tomadas pelo senhor Presidente ou executivo no sentido de se evitar tal encerramento?. Prosseguiu, referindo que é certo que está em causa um serviço público essencial para a população; que podem estar em causa as garantias de estabilidade, eficiência e confidencialidade; que está em causa o cumprimento, por parte dos CTT, que neste processo são movidos por critérios puramente economicistas, do contrato de concessão do serviço postal universal; que este pode ser apenas o princípio do fim dos serviços públicos essenciais no concelho, criando um grave precedente.

Para concluir a sua intervenção, perguntou ao Presidente da Câmara se entende que ao agir como agiu está a defender os legítimos interesses dos Melgacenses (como costuma dizer que sempre defendeu); porque é que não foi lançada mão de providências cautelares, de manifestações, ou outras formas de pressão, como muitos outros Municípios, e mesmo a Associação Nacional de Municípios Portugueses (cuja presidência é de Câmaras Socialistas), fizeram, tendentemente a evitar tal desfecho; se não sente que houve, por ele ou da parte do Executivo que lidera, um claro desinteresse neste processo?; e se não houve esse desinteresse, porque é que se sentiu na necessidade de se vir justificar aos Melgacenses através do envio de um info-mail poucos dias após a notícia se ter tornado pública? (info-mail esse onde se diz, designadamente, que “urgem medidas que sustentem com qualidade a vida de quem cá vive”; “tivemos a ousadia de tomar as decisões certas para a defesa dos interesses dos melgacenses, defendendo a presença no território de serviços de qualidade”; e “nós soubemos de forma



proactiva, encontrar a solução que os outros municípios não conseguiram; perguntou também se esse info-mail, que contém mensagens que se entendem como de pura propaganda política, foi pago com o dinheiro do bolso do senhor Presidente ou antes com dinheiros públicos, de todos nós, contribuintes; e se estando em curso uma campanha (abaixo assinado), que é pública, para exercer pressão junto dos CTT no sentido da reversão deste processo, ou, ao menos, que sejam tornados do conhecimento público os termos ou parâmetros da parceria celebrada com o privado para a exploração do Posto de Correios, se manifesta ou não a sua concordância com essa campanha e se apresenta ou não disponibilidade para subscrever o abaixo-assinado.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por referir que a empresa CTT, foi privatizada em 2 fases e nessa altura a Bancada Parlamentar do PS desta Assembleia Municipal, apresentou uma Moção de repúdio, alertando para os possíveis problemas que poderiam advir dessa privatização, principalmente tudo o que poderia colocar em causa o serviço público, prestado pela referida empresa. Nessa altura, o PSD não colocou entraves, nem se mostrou preocupado em relação ao futuro funcionamento do serviço público. Infelizmente a preocupação da Bancada Socialista estava certa, a privatização dos CTT está a colocar em causa o serviço público, não só em Melgaço, mas a nível nacional. De facto, não se pode afunilar o problema e resumi-lo a um problema local, ele é efetivamente transversal, é um problema nacional. É nacional porque ao contrário do que o PSD quer fazer crer não é só a estação de Melgaço que se pretende encerrar, para já, a nível nacional são cerca de 60 as estações sede de município que os CTT, pretendem encerrar. Além disso, em 2017/2018 foram já encerradas 27 estações. Em alguns desses municípios, cujas estações foram já encerradas, os serviços foram transferidos para livrarias, cafés e quiosques, como são exemplo: Mondim de Basto, Manteigas, Alvaiázere e Penedono. Noutros municípios, como Terras de Bouro, Fornos de Algodres, Armamar e Vila Velha de Rodão, as soluções encontradas foram diferentes e os serviços foram transferidos para as instalações da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia. O que se procurou fazer em Melgaço, foi salvaguardar o serviço e o lugar onde o serviço possa ser feito, para que tivesse qualidade. E hoje, a qualidade tem sido garantida e poderá até vir a melhorar; a operação está neste momento a ser implementada, aumentaram serviços e neste momento poderão fazer contratação de energia elétrica com uma das empresas, mas rapidamente poderá ser possível com todas. É possível continuar a dar todas as respostas no âmbito postal, pagamento de pensões, etc. A partir de janeiro será garantida a transferência de valores dos emigrantes para os seus respetivos países. Uma das vantagens será também o horário alargado, que já começou a ser praticado e que, sem dúvida, será uma mais-valia para todos aqueles que só podem aceder a estes serviços à saída do emprego.

Outra questão que tem sido levantada, sem qualquer fundamento é a situação relativamente à distribuição do correio. A distribuição, bem como os carteiros, manter-se-á inalterável, já que isso continuará a ser missão dos CTT. Em julho os

Presidentes de Câmara de todos estes concelhos foram abordados, ficando em alerta para a situação para qual se caminhava e que era transferir as estações para lojas particulares; sabendo que não haveria retorno e analisando a situação com o executivo encontrou-se uma solução que julgamos aceitável para Melgaço.

Não havendo mais intervenções relativamente à Moção apresentada, a mesma foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por maioria com 8 votos contra da Coligação P'ra Frente Melgaço.**

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado Maximiano Gonçalves que, em nome do Grupo Parlamentar do PS, apresentou uma Moção de Repúdio e Censura, relativamente à entrevista concedida pelos Diretores Executivos do Grupo Pinto da Costa & Carriço Lda, a qual será anexa à presente ata.

A Presidente da Assembleia colocou a Moção apresentada à discussão, tendo começado por intervir o deputado Jorge Ribeiro referindo que estava de acordo com a generalidade do apresentado na Moção do Partido Socialista, mas afirmando que haverá responsabilidades acrescidas por parte do município como sócio maioritário da CURAQUAE. Recordou que, ainda na anterior legislatura, quando o Presidente da Câmara anunciou à assembleia o novo sócio, para a CURAQUAE, lançou diversas perguntas sobre esse novo parceiro que, no entanto, ficaram sem respostas, já que o Presidente da Câmara ou não as teria ou achou que, na altura, não as deveria dar. No entanto, já a caminho de casa soube quem era efetivamente a referida empresa. Acabara de ser criada, sem experiência, com um capital social de 70 mil euros. Uma empresa com uma comunicação eficiente, mas que foi apenas eficiente enquanto durou e que assim conseguiu enganar alguns. Desde o início que percebeu que não eram competentes. Uma “rapaziada” nova, que afirmava querer alavancar Melgaço, embora na prática nem sequer tinham preocupação de conviver com os melgacenses.

Referiu também que, tirando as intervenções do vereador Vítor Cardadeiro, insurgindo-se contra as termos não estarem a funcionar, nunca se ouviu ninguém a denegrir a empresa ou os seus diretores. Gostou da atitude do Grupo do PS relativamente ao ataque feito ao vereador Vítor Cardadeiro, mas salientou que será preciso ir mais longe, do que referido na Moção, já que na entrevista são feitas graves acusações envolvendo o município. Deu ênfase a diversos pontos da entrevista entre os quais: falta de material faturado, peças que nunca chegaram a ser instaladas, falta de contrato relativamente ao bar e à pessoa que o explorava, etc. Em relação ao investimento anunciado num novo hotel, afirmou estar convicto que tal nunca irá acontecer, afirmando mesmo que é melhor que tal se venha a confirmar.

O resumo da referida entrevista é um ataque à Câmara Municipal, aos agentes políticos, à firma Casais, à população melgacense, para além de ainda conter denúncias de fraude, pelo que não se poderá resolver, somente, com a aprovação do presente Voto de Repúdio que com certeza iremos subscrever. Terminou a intervenção deixando algumas questões ao Presidente da Câmara Municipal: - Se o Presidente da Câmara se revê nas declarações feitas? – Se



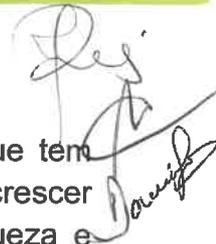
considera haver condições para manter “aquela gente”, à frente das termas? - Que medidas vai tomar a autarquia enquanto responsável máximo da CURAQUAE?

Seguidamente usou da palavra o deputado José Albano Domingues, para reforçar a intervenção anterior, acrescentando que se trata de uma situação recorrente em que gente que vem das grandes cidades convencida que chega a Melgaço e encontra “uma cambada de pacóvios” que os aceitam e que lhes batem palmas. Não se podem queixar de não lhes terem franquiado as portas, simpatias, projetos e apoios. Intitulam-se Chefs executivos, mas obra e resultados zero. Foram incapazes, mesmo com toda a ajuda do município, de reverter a situação, designadamente financeira das termas.

Afirmou que existem acusações muito fortes, preconizando também responsabilidade criminal. Fala-se de centenas de equipamentos que foram faturados e pagos e que não estão lá, isto tem que ser esclarecido para bem de todos, não pode ficar na penumbra.

Terminou dizendo que lhe custou, que lhes tenha sido dado, demasiadamente, o benefício da dúvida e que tenham sido usados como bandeira eleitoral, coisa que o vereador Vítor Cardadeiro sentiu na pele e à qual o senhor Presidente da Câmara também se aliou achando que era importante em tempo eleitoral. Várias vezes o vereador Vítor Cardadeiro afirmou que não era isto que as termas precisavam para se alavancar e sempre lhe era respondido com algum cinismo e em tom jocoso “vamos aguardar para ver e depois tiramos as conclusões”.

De seguida interveio o deputado Manuel António Fernandes referindo que no primeiro verão de 2017, foi colocado à entrada de Penso um grande placard dizendo que as termas iam estar abertas todo o ano, tudo isto em plena campanha eleitoral. O candidato Manoel Batista fez disso bandeira política, tendo até sido feito um debate no espaço termal do Peso. Continuou referindo que não assistiu ao debate por não acreditar nas promessas que estavam a ser feitas e que, infelizmente para Melgaço, não se enganou nem numa vírgula pois “a montanha pariu um rato”. A entrevista que os responsáveis da empresa Pinto da Costa deram à Voz de Melgaço é difícil de adjetivar. Uma empresa importantíssima, como se referiu na altura, recebeu o parque termal e não fiscalizou nada? Agora vem dizer que as instalações têm todos os defeitos possíveis e que havia dívidas por pagar! Queixam-se que a manutenção das termas custa 30 000 euros mensais: dez a quinze mil euros de gás, sete mil euros de luz, etc. Dizem que é impossível manter as termas abertas e se é para estarem fechadas não é necessário vir nenhuma empresa pois nós já estávamos habituados a isso. Como melgacense esperava, tanto da parte dessa empresa como da Câmara Municipal, que a promessa feita em campanha eleitoral fosse cumprida, que as termas se mantivessem abertas todo o ano e ainda, a construção do hotel no Peso. Essa empresa sonhou, porque sonhar não é proibido, que chegava aqui a Melgaço e, “abanava as árvores” e estava o problema resolvido. Para concluir, mostrou-se indignado pelas afirmações feitas na referida entrevista sobre o vereador Vítor Cardadeiro: é uma pessoa que, pelo seu aspeto físico, precisa de ajuda e não bebe muita água. Em Melgaço precisamos de investidores,



mas que não venham para aqui criticar os melgacenses. Infelizmente, o que tem faltado a Melgaço, e continua a faltar, são políticos e políticas que façam crescer este concelho, com desenvolvimento económico e sustentável, criando riqueza e empregabilidade, para ajudar os nossos jovens a instalarem-se cá, participando no desenvolvimento que esta terra merece e precisa.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que começou por dar nota que tanto ele como o executivo consideram a entrevista inqualificável no teor e forma. Teve oportunidade, juntamente com o executivo mais próximo, de ter uma conversa com o grupo dando nota desta leitura da entrevista e procurando esclarecer algumas questões, que foram clarificadas, mas que, mesmo assim, terão que ser acauteladas juridicamente e esse trabalho já está a ser feito pelos assessores jurídicos do município. Repudiou em absoluto as declarações feitas em relação ao vereador Vítor Cardadeiro. Feitos os esclarecimentos com o grupo e feita esta declaração aos membros da assembleia municipal, resta ao executivo fazer um acompanhamento próximo e sério deste dossier para que se tomem, no momento exato, as decisões mais adequadas.

Não havendo mais intervenções relativamente à Moção apresentada, a mesma foi colocada a votação, **tendo sido aprovada por unanimidade.**

Foi dada a palavra ao deputado Paulo Azevedo, que em seu nome e da sua bancada parlamentar, mostrou total disponibilidade para em conjunto encontrar uma solução.

Seguidamente usou da palavra o deputado Tiago Lourenço, que começou por referir quatro pontos que atestam o trabalho desenvolvido pela autarquia em prol da cultura e do desporto. Referiu-se à Noite dos Medos que envolveu centenas de pessoas, entre melgacenses, vizinhos da Galiza e turistas, à Programação de Natal, levada a efeito através de diversas iniciativas que dinamizaram o comércio local e atraíram a população. Referiu-se depois à prova que decorreu no concelho relativa ao Campeonato de Portugal de Drift, prova que trouxe até Melgaço os melhores pilotos portugueses e público de todo o país. Finalmente, realçou o reconhecimento dado ao município de “Melgaço Amigo do Desporto”

Interveio de seguida o deputado Manuel António Fernandes para se referir às obras na Rua da Fonte da Vila. Não concorda com o facto de se ter dado início às obras na época natalícia e na parte da rua onde tem algum comércio que, como se sabe, atravessa um período difícil. Exemplo disso é o encerramento de uma loja na calçada, aberta desde os anos sessenta, e que vai abrir em Monção. Concluiu dirigindo-se ao Presidente da Câmara dando nota da sua desilusão crescente por ver o nosso concelho sem gente e com pouco comércio e questionando sobre qual é o projeto político para que Melgaço tenha condições necessárias para que os nossos jovens possam viver e trabalhar aqui e terem futuro num concelho desenvolvido.

A Presidente da Assembleia deu, depois, a palavra ao deputado José Albano Domingues, que começou por parabenizar, a organização da 5ª, e última, prova do **Campeonato de Portugal de Drift 2018, que decorreu** no Centro de Estágios



de Melgaço, promovida pelo Clube Automóvel do Minho e pela Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting (FPAK), com o apoio da Câmara Municipal de Melgaço, que correu muito bem, inclusive no apoio prestado por parte dos colaboradores da “Melsport”, e perguntou ao senhor Presidente da Câmara se foi o executivo a ir captar a organização desta prova a quem de direito ou se a mesma lhe foi antes proposta e solicitado apoio financeiro para o evento. Parabenizou, também, os comerciantes do núcleo urbano de Melgaço, que com o seu trabalho, empenho, mérito e bom gosto, tem engalanado várias das artérias da Vila, fomentando o espírito natalício e esperando que seja foco de atração de clientes e visitantes.

O deputado Diogo Castro interveio para se referir à nova ETAR da Zona Industrial de Penso, que considerou muito importante para as freguesias de Penso e Alvaredo. Felicitou o município pelo projeto e conclusão desta ETAR de excelência, equipada com material de última tecnologia e que brevemente será inaugurada.

O deputado Paulo Cerdeira começou por dar uma palavra de apoio ao vereador Vítor Cardadeiro pelo ataque referido na entrevista, depois parabenizou o deputado Jorge Ribeiro pela recente reeleição como Provedor da Santa Casa da Misericórdia. Referiu-se à Festa do Espumante que em sua opinião foi um êxito, dada a mudança do local e a participação crescente de público, valorizando também a participação pela primeira vez, de produtores de Monção.

Foi dada de seguida a palavra ao Presidente da Câmara que fez algumas observações em relação às intervenções dos deputados. Em relação ao deputado Tiago Lourenço, afirmou que em relação à programação de Natal se tem feito um percurso de grande qualidade no sentido de atrair mais público para visitar o comércio local. Parabenizou os empresários e a associação empresarial que tem vindo a marcar a diferença.

Em relação ao deputado Manuel António Fernandes afirmou que, efetivamente, as obras são sempre desagradáveis, mas têm que ser feitas. São trabalhos de requalificação urbana importantes para Melgaço, traz efetivamente constrangimentos a quem lá mora e aos comerciantes, mas daqui a quatro meses estará requalificada. Em relação, às empresas que se deslocaram para outros concelhos algumas já voltaram, umas fecham outras abrem.

Quanto à intervenção do deputado Diogo Castro, a nova ETAR de Penso está efetivamente pronta e a sua inauguração depende apenas de alguns trabalhos suplementares da EDP.

Em relação à intervenção do deputado Paulo Cerdeira, afirmou que a Festa do Espumante é efetivamente um evento que já se encontra consolidado e isso notou-se na expressão de vendas superiores ao ano anterior.



Assunto nº 64	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal.
----------------------	--

Como é de Lei, o Presidente da Câmara apresentou à Mesa da Assembleia uma informação escrita, que foi enviada a todos os deputados, sobre a atividade municipal, ficando anexa à presente ata.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, explicasse com mais detalhe a informação apresentada. O Presidente referiu que a informação apresentada era já bastante detalhada pelo que não iria acrescentar muito mais, realçando apenas o quadro apresentado sobre a evolução das várias empreitadas e também, o quadro da evolução financeira.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado Manuel António Fernandes, que solicitou explicações sobre o valor base do concurso das esplanadas.

Dada a palavra ao Presidente da Câmara, informou que os valores indicados, são valores base para concurso, sendo natural e possível que o valor apresentado nas propostas seja superior ao valor base.

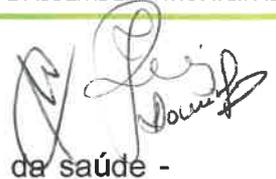
Assunto nº 65	Análise e deliberação do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável.
----------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para dar explicação sobre o assunto.

O mesmo referiu que o documento em questão acaba por transcrever as medidas já preconizadas no ano anterior, salientando como novidade, a criação do cartão de medicamentos a atribuir a pessoas, que respeitem determinados critérios que não-de ser estabelecidos em regulamento. Essas pessoas poderão adquirir o medicamento, de forma gratuita, em qualquer farmácia desde que o mesmo seja participado. Por cada pessoa abrangida, o município terá uma participação anual de 100 euros.

Seguidamente solicitou a palavra o deputado Francisco Reis Lima que interveio sobre os Apoios à Formação, que em sua opinião não deveriam estar apenas restritos a jovens que frequentem o ensino superior público, já que o mérito deve ser avaliado independentemente do tipo de ensino que frequentem. Afirmou ainda que, para além disso, existem algumas licenciaturas que não são concedidas no ensino público, para além também de que existem vários jovens que frequentam universidades em diversos países da europa.

De seguida, interveio o deputado José Albano Domingues, referindo que leu o Plano com atenção e perspetiva-se praticamente uma cópia (Copy Paste) do Plano do ano anterior, com incentivos de montante e de impacto praticamente nulo e com pressupostos ou requisitos, de verificação cumulativa, que os tornam de difícil



aplicação prática. Veja-se o caso dos apoios à habitação e no domínio da saúde - máximo de 3 apoios, no valor máximo de 100,00 € cada um, o que totaliza 300,00 €/ano; ou no domínio do consumo energético - máximo de 3 apoios, no valor máximo de 50,00 € cada um, o que totaliza 150,00 €/ano. Tratando-se de medidas avulsas, sem significado, e que não têm sido suficientes para reverter o processo de rejuvenescimento e de fixação da população, como de resto, resulta do mapeamento dos últimos 10 anos: com decréscimo do número de apoios e do seu valor global, quanto à natalidade (decreceu para menos de metade). É comum um número de apoios residual (caso da saúde e da habitação, em número de 5/6 e 2/4); com os auxílios económicos (a decrescer em valor e em número de apoios); com os apoios a casais jovens (zero apoios, na última meia dúzia de anos); com os apoios a famílias numerosas e bombeiros voluntários (2 e 7 apoios, respetivamente).

De seguida questionou o porquê não fixar a taxa ou coeficiente do IMI nos prédios urbanos nos mínimos legais, de 0,30%, (o que defendemos); porque não renunciar ou reduzir a percentagem, de 5%, a que o Município tem direito do IRS de todos nós, como muitos outros Municípios o estão a fazer; o porquê de majorar ou agravar, até ao limite máximo dos 30%, a taxa aplicável a prédios urbanos degradados (ideia de castigo, quando deveria, antes, ser incentivada a regeneração, através de apoios e de medidas de impacto fiscal positivo, e não negativo, sendo certo que existe a possibilidade de os Municípios convocarem as pessoas ou proprietários para realizarem obras quando esteja em causa a segurança dos edifícios ou mesmo e apenas a sua estética); e ainda, o que é que fazem medidas destas, como a do IRS e da majoração da taxa de IMI, que não contém qualquer incentivo fiscal, nem traduzem um auxílio ou apoio, num PDSS.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que começou por referir em relação ao deputado Francisco Reis Lima, que em relação aos apoios apenas a alunos que frequentem instituições públicas é uma questão que poderá ser estudada e revista, já em relação a alunos que frequentem o programa ERASMUS, ou similares, será mais difícil equacionar o apoio já que estes programas são financiados.

Quanto à intervenção do deputado José Albano Domingues, referiu não estar de acordo com a expressão "Copy Paste", já que têm sido introduzidas de ano para ano, medidas diferentes, até o ano passado relativamente ao sector fiscal, medidas que beneficiaram os melgacenses. Tem que ser feito um trabalho de maior divulgação, para que os melgacenses possam aproveitar todas estas medidas. Estas medidas, que para a oposição não servem para nada, têm sido valorizadas em diversos Fóruns. Afirmou achar que se está a fazer um bom trabalho, desde 2008, com o PDSS, que tem vindo a ser melhorado de ano para ano. A oposição prevê apenas medidas que visam reduzir a receita, outros municípios embarcaram nessa nau, mas depois tiveram que voltar atrás e fazer atualizações, devemos ser rigorosos, quer no aspeto da despesa quer no da receita, temos que fazer uma gestão equilibrada. As medidas fiscais têm ajudado nesse equilíbrio, não estamos



em escalões máximos de IMI, como o deputado refere e, portanto, procuramos fazer uma gestão bem-feita.

O deputado José Albano Domingues solicitou a palavra para afirmar que o Presidente não entendeu a sua intervenção. Não disse que as medidas não tinham interesse para os melgacenses, disse sim é que não são suficientes. Se os melgacenses não tivessem que pagar o acrescido de IRS, certamente que iriam aproveitar para investir, por exemplo fazendo mais compras no comércio em Melgaço, o que iria aportar mais-valias para o concelho.

Em resposta o Presidente da Câmara, referiu apenas uma nota afirmando não acreditar que seria pela diferença do IRS que haveria um incremento das compras no comércio local.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo sido **aprovado por maioria, com 8 votos contra do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.**

Os grupos parlamentares do Partido Socialista e do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, informaram que iriam apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 66	Adjudicação da contratação de auditor externo para certificação de contas do ano económico de 2018.
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que, se assim o entendesse, fizesse a introdução ao assunto. O mesmo não considerou pertinente.

O deputado José Albano Domingues, solicitou a palavra para afirmar que tendo ouvido, em anos anteriores, que se propunha a manutenção do revisor oficial de contas, contratado há vários anos, que até foi apresentado como um casamento feliz e, não estando nesta proposta, qual o motivo que está na base da referida empresa prestadora deste serviço, não continuar com esta parceria.

Em resposta o Presidente da Câmara, afirmou que a intervenção do deputado não tinha qualquer fundamento, já que se trata da mesma empresa.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo sido **aprovado por maioria, com 7 abstenções do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 67	Presente informação da lista de prédios degradados no Concelho de Melgaço para o ano 2018, bem como a aprovação da respetiva majoração a aplicar.
---------------	---



A Presidente da Assembleia começou por lembrar que é competência desta Assembleia deliberar sobre a taxa de majoração a aplicar a prédios urbanas degradados. De seguida colocou o assunto à discussão.

Solicitou a palavra o deputado Jorge Ribeiro afirmando que, apesar de não estar por dentro do assunto, lhe parece preocupante que na lista apenas constem os prédios inscritos na matriz, já que os que não estão inscritos na mesma, são os verdadeiros prevaricadores.

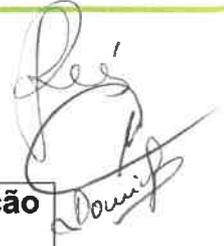
Seguidamente o deputado Manuel Luís Gonçalves interveio para registar a melhoria dos serviços municipais no levantamento, cadastro e identificação dos prédios degradados do concelho em 2018 fazendo: levantamento fotográfico e catalogando os prédios (quanto à sua inscrição na matriz, e quanto ao estado efetivo de conservação). A faculdade prevista no art.º 112.º do CIMI, no sentido de os municípios poderem majorar até 30% a taxa de IMI aplicável aos prédios degradados, é uma boa medida de racionalidade fiscal: penaliza os proprietários que deixam degradar os seus prédios – o que constitui risco para a segurança das pessoas, a saúde e a salubridade públicas e constitui um meio de incentivo fiscal para que os proprietários de prédios degradados os reabilitem, para habitação própria ou para os colocar no mercado do arrendamento. Esta medida, juntamente com outras que o município vem adotando, por exemplo, elaboração do Plano de Urbanização das Carvalhiças, constituem iniciativas eficazes na política de habitação do concelho e embora se reconheça que a via fiscal é sempre por si só insuficiente, trata-se de uma medida que urge tomar no caminho que o município vem fazendo em termos de política de reabilitação e de habitação no concelho.

Em resposta ao deputado Manuel Luís Gonçalves, interveio o deputado José Albano Domingues, para referir que basta pegar nas informações constantes no documento para ver que quase sextuplicou o número de prédios (54 para 257) podendo - se tirar daí a ilação sobre o efeito e o resultado desta medida na perspetiva da regeneração urbana.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo sido **aprovado por maioria, com 8 votos contra do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.**

O grupo parlamentar da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, informou que iria apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.



Assunto nº 68	Análise e deliberação da proposta de organização dos serviços municipais de Melgaço
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse uma breve abordagem ao tema.

O Presidente da Câmara informou que ao longo do ano se procura fazer uma análise à orgânica dos serviços para no final do ano se fazerem os ajustes que se julguem mais convenientes para a eficácia dos mesmos.

Não havendo nenhum pedido de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo sido **aprovado por maioria, com 8 abstenções do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 69	Análise e deliberação da proposta de participação na associação privada ADRIMINHO
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer uma introdução ao tema em análise.

O Presidente da Câmara começou por explicar o que é a ADRIMINHO e qual o trabalho que desempenha, nomeadamente na gestão e coordenação da iniciativa comunitária Leader e também do subprograma do PRODER.

Até agora os municípios eram associados, através da Associação de Municípios do Vale do Minho, com a extinção desta associação será necessário os municípios associarem-se individualmente à ADRIMINHO, através do pagamento de uma joia de inscrição e de uma quota anual.

Seguidamente o deputado José Albano Domingues questionou o porquê de, estando-se perante uma Associação constituída há mais de 24 anos, concretamente em 12 de agosto de 1994, somente agora se estar a propor a adesão do Município de Melgaço como associado; quem são os sócios ou associados (proponentes) que vão apadrinhar a adesão de Melgaço; e, tendo o resultado líquido passado de 5.902,30 € (em 2016) para – 86.841,22 € (em 2017), se os associados serão chamados a cobrir ou participar tal défice, através do estabelecimento de quotas ou quotizações.

Em resposta o Presidente da Câmara reafirmou que nenhum dos municípios era individualmente associado da ADRIMINHO, já que todos se sentiam representados na associação através da Associação de Municípios do Vale do Minho.

O deputado José Albano Domingues, voltou a intervir para dizer que Cerveira e Caminha já são associados.

O Presidente da Câmara esclareceu que, como já anteriormente tinha referido, com a anunciada extinção da Associação de Municípios do Vale do Minho, os municípios se começaram a associar individualmente. Foi o caso de Cerveira e Caminha que se associaram este ano. Paredes de Coura, Melgaço e Monção estão agora a fazer o mesmo processo.

O deputado José Albano Domingues, solicitou da palavra para referir que Paredes de Coura também já é associado.

O Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para esclarecer sobre o resultado negativo referido pelo deputado José Albano Domingues. Todas as associações têm momentos delicados, a ADRIMINHO também os tem tido ao longo da sua história, mas têm sempre conseguido resolver esses momentos e tem apresentado resultados positivos, à exceção de 2017. Nesse ano houve um resultado negativo muito maior cuja razão foi um processo judicial, instaurado por um funcionário, e que teve um resultado negativo para a associação, que foi obrigada a indemnizá-lo, mesmo no final de 2017. Em 2018 está-se a tentar resolver esse assunto de forma a conseguir chegar ao final do ano com um menor resultado negativo. Isso tem sido possível através dos resultados da atividade corrente da associação, através da extinção da Associação de Municípios do Vale do Minho, que irá permitir um encaixe financeiro e também pela contribuição dos municípios que concordaram em participar com um apoio de 5.000 euros cada um. Tudo isto permitirá a amortização desse resultado negativo.

Interveio novamente o deputado José Albano Domingues, para referir que está previsto que esta amortização seja feita ao longo de vários anos.

Não havendo nenhuma intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo sido **aprovado por unanimidade**.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 70	Análise e deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o ano 2019
---------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que começou por dar nota de que o presente orçamento procurou um ponto de equilíbrio entre o investimento a realizar em 2019 e a necessidade de continuar o ajustamento das contas da autarquia. Procurou-se, também, um investimento equilibrado entre o que se leva a efeito na sede do município e nas freguesias. Reafirmou a importância continuar a fazer investimento nas freguesias. De seguida passou a apresentar graficamente o plano, do qual fez uma explicação mais pormenorizada.

O deputado Pedro Silva interveio afirmando que fez uma análise exaustiva ao orçamento e GOP'S, um comparativo com o orçamento do ano anterior para assim validar o que foi o percurso e as promessas em 2017. Começando por se referir à zona industrial de Alvaredo, questionando em que fase se encontra, uma vez que no



ano anterior se afirmava que em 2018 estava em fase de conclusão. Questionou se o executivo pode garantir que vai haver uma nova zona industrial tão importante para o concelho, a curto/médio prazo.

De seguida referiu-se ao centro BTT em Lamas de Mouro questionando se vai acontecer ou não. O ano passado, e para mostrar que havia obra e que havia investimento, o executivo veio a esta assembleia elencar uma série de obras que iriam arrancar e cujos projetos estavam prontos. Que aconteceu a estes projetos? Desapareceram?

Em relação à regeneração urbana, em 2017 foram elencadas várias ruas que seriam requalificadas. Em 2018 temos as mesmas obras e a única que irá arrancar é a da requalificação da Rua da Fonte da Vila.

Na área da Habitação Social estavam previstos em 2018 investimentos na ordem de 240.000 euros que não foram feitos. Está para 2019 definida uma verba de 120.000 (metade). Este valor garante que vai ser feito o investimento?

A Aldeia Nova desapareceu? Que vai acontecer às casas de fronteira de S. Gregório?

Para a requalificação do Parque de Campismo de Lamas, em 2018, eram para ser investidos 534.000 euros, agora é adiado o investimento para 2020.

Quanto à criação da Zona de Acesso a Kayak's no Ribeiro de Baixo, este projeto foi abandonado? Havia um investimento previsto de 240.000 euros para 2019.

Para a Rede Municipal de Trilhos Pedestres, em 2018 estavam previstos investimentos de 180.000 euros, foram realizados zero. Vamos ter outro ano igual?

No que se refere à Requalificação da Zona Ribeirinha de Castro, foi abandonado o projeto? Estava previsto um investimento de 451.000 euros para 2019.

A Ecovia onde começa Portugal, estava previsto um investimento de 300.000 euros em 2019, afinal vão ser só investidos 500 euros?

A Requalificação das Piscinas Municipais, era para ser feita em 2018, 1.200.000 euros. Já passou para 2020, 800.000 euros.

Museu do Cinema Pelicano, era em 2019, já passou para 2021

Requalificação da Casa da Cultura, era em 2018, já passou para 2020.

A Requalificação da Escola Primária da Vila, era em 2019, já passou para 2020

E por fim e novamente a Nova Zona Industrial. Estão inscritos nas GOP's, 1.000 euros? Estavam previstos 500.000 para 2019. Agora zero, e para os próximos anos?

Quanto ao Orçamento, estamos perante um orçamento que desce, apesar do aumento das transferências centrais e é mais baixo em 1.100.000 euros.

O Investimento diminui 1.500.000 euros. Há uma diminuição de 19% no valor do investimento.

Por fim, quis ainda referir e deixar a análise que fez das contas da MELSPORT. Todos sabemos da importância que o Centro de Estágios tem, como

investimento estruturante para a promoção do concelho e do território, e como importante que é, tem que ser cuidado e preservado.

Assim sendo, o deputado considerou, que na apresentação das contas previsionais, o Sr. Presidente do CA, o vereador José Adriano Lima, não clarifica bem os números. O investimento é quase nulo. O valor das vendas diminui de 77.386 para 53.098 euros. Na atividade de estágios perde - se dinheiro. O mapa de tesouraria provisional é assustador. Se falha o pagamento de clientes deixa de haver dinheiro para salários. Previam em dezembro de 2018 ter 139.000 euros de disponibilidade? Vêm agora dizer que afinal as disponibilidades em janeiro de 2019 vão ser de 12.000 euros. Se há necessidade de investimentos futuros, como vão ser feitos?

Seguidamente a Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado José Albano que aludiu ao introito ou cabeçalho do Orçamento e Plano de Atividades, do qual se vai falar, tão só em face do que aí consta, que já constava no ano anterior e que se entende não deveria constar num orçamento municipal. Referiu a propensão do Executivo Socialista para o constante ataque aos governos de direita, sendo disso exemplo a passagem onde se diz que “*A direita empurrou-nos para a estagnação e a recessão*” e a alusão, que já se fez, a quem era 1º Ministro e a quem era Ministro das Finanças no tempo da assinatura do Memorando; É Curioso falar-se aí de “*Ambiente de maior prosperidade*” quando, este orçamento apresenta, nos valores totais, uma diminuição superior a um milhão e cem mil euros com relação ao do ano anterior. A prosperidade é tanta, que nunca (dando-se apenas este concreto exemplo), desde a inauguração da Variante Nova às Estradas Nacionais 202 e 301, em setembro de 1995, se assistiu ao que se tem assistido quanto à falta de limpeza, durante tão alargado período de tempo, das bermas dessa estrada, ao ponto de ocultar sinais de trânsito e pondo em perigo a segurança de quem por aí circule. Relembrou que se a taxa de crescimento económico em Portugal vem desde há 19 trimestres, como se diz nessa introdução ao orçamento, então isso significa que vem desde há 4 anos e 9 meses, o que nos remete para os tempos do tal governo de direita.

Prosseguiu a sua intervenção, dizendo, que a propósito do tão badalado milagre económico em Portugal e da taxa de crescimento comparativamente com os outros países da U.E. convém salientar que, de acordo com os dados da Comissão Europeia, relativos a julho do corrente ano, dos 28 países da U.E. Portugal está em 21º, ou seja, em 7º ou 8º lugar a contar do fim. Como se pode falar em redução da dívida pública portuguesa quando ainda há poucos dias se falava, na comunicação social, de que a dívida havia batido recordes? Paga-se a dívida pública externa (caso do pagamento ao FMI) e aumenta-se a interna? Tira-se de um lado e põe-se no outro? Preocupa-nos que haja obras sem financiamento assegurado (caso da Requalificação do edifício da antiga Escola Primária da Vila, da Piscina Municipal, do Mercado Municipal, do antigo Cinema Pelicano, e da Casa da Cultura); preocupa-nos que haja obras que constam com rubricas abertas de valores simplesmente irrisórios – 500,00 € (caso da Requalificação do Parque de Campismo de Lamas de



Mouro, e da “Ecovia Onde Começa Portugal”, uma marca que deveria ser mais aproveitada por ser sinónimo de sinergias e de mais valias para o concelho); preocupa-nos que uma obra infraestrutural continue a não sair do projeto – Nova Zona Industrial, em Alvaredo – com uma cabimentação orçamental de apenas 2.000,00 €, sendo que, em contrapartida vão ser gastos mais de 180.000,00 € com as Termas, incluindo 35.000,00 € numa campanha de promoção turística, quando porventura, atendendo ao que se passou muito recentemente, por parte dos responsáveis da “Pinto da Costa e Carriços, Lda.”, melhor seria ponderar se esse é o parceiro indicado para continuar com o projeto “Termas” e se não seria preferível, ao menos por ora, sobrestar no investimento. Ou então, melhor seria pôr a dita empresa a suportar esse investimento (é que, no fundo, vai-se premiar quem demonstrou tamanha deslealdade para com o Município que a escolheu como parceiro).

Tendo em conta tudo isto, questiona como se preveem gastar 110.000,00 € com “Assessoria de comunicação” e “Publicidades e Suportes de Comunicação”, um valor que entendem como exageradamente elevado.

Finalizou para dizer que os apraz registrar que as transferências correntes e de capital para as Freguesias quase tenham duplicado (tendo passado de um total de 230.000,00 € em 2018 para quase 400.000,00 € (Soma de 145.000,00 € com 250.000,00 €) para 2019, o que, ainda se entendendo como insuficiente, demonstra, todavia, que não tem caído em saco roto as reivindicações dos deputados da Coligação, e que tem produzido resultados a luta que, repetidamente, em anteriores assembleias, a bancada da Coligação tem empreendido para que as verbas a transferir para as Juntas sejam reforçadas, até por se reconhecer o trabalho de proximidade e os ganhos de eficiência que as mesmas realizam junto das populações).

Em resposta o Presidente da Câmara começou por referir que nunca foi dito que a Zona industrial estaria pronta em 2019, afirmou-se que estaria a ser elaborado o projeto e o facto é que no presente dia a equipa que está a elaborar o projeto, apresentou um estudo do mesmo o que permite avançar para a fase final do projeto. Anunciou também que em janeiro em Alvaredo se realizará uma sessão pública para apresentação do mesmo, referindo que não se anda a brincar, existem atrasos, devido a problemas técnicos, mas estão a ser resolvidos.

Foram feitos diversos outros investimentos através de um conjunto de obras que estão concluídas: a requalificação da Escola Básica e Secundária, com um custo de 1,3 milhões de euros, as obras do ciclo urbano da água, onde foi investido um valor gigantesco que outros municípios não conseguiram fazer; na regeneração urbana prometemos que iríamos avançar e avançamos, iniciamos com a requalificação do largo do mercado e, de seguida arrancaram outras obras de requalificação. Não se anda a inventar, anda-se a fazer investimento.

Em relação à Ecovia, o projeto está terminado e vamos arrancar com ela, no entanto não há milagres de financiamento para o município de Melgaço, é preciso todo um trabalho de projeto e de candidatura para levar estes investimentos por



diante. Se somarmos à Ecovia, as obras da Casa da Cultura, da Piscina e da Antiga Escola Primária, e sabendo as possibilidades económicas da autarquia dificilmente não se chegará á conclusão que só serão possíveis estes investimentos de uma forma gradual. O Município esteve a fazer um conjunto de projetos, que se encontram concluídos, para a qualquer momento que surjam financiamentos os mesmos poderem-se candidatar.

Em relação à habitação social previa-se investir no parque habitacional da autarquia, mas não foi possível aprovar, atempadamente, a candidatura que nos permitiria fazer tal investimento.

Temos projetos sérios e com estratégia para serem colocados no terreno, alguns até já em execução. O orçamento, este ano, desceu em cerca de 1,5 milhões, o conjunto de investimentos reduz no próximo ano, mas tal não significa que, mercê de financiamento comunitário, não possa ainda haver surpresas. Existem alguns dos quais ainda não temos a certeza que não seja possível avançar.

Em relação à Melsport, tem sido feito um trabalho brutal e tem sido alavancado um conjunto enorme de atividades, na área do desporto que tem colocado em destaque o concelho de Melgaço. Sem dúvida que é difícil encontrar um concelho onde se realizem tantas atividades, de qualidade, a nível desportivo. Estamos a trabalhar de uma forma séria e não temos nada a temer sobre a avaliação dos melgacenses.

Em relação às infraestruturas de Portugal, não há nada a esconder nem qualquer informação reservada. Na festa do espumante, aproveitei a presença do senhor Secretário de Estado para lhe dar nota do descontentamento, não só de Melgaço, mas de todos os municípios do Alto Minho, sobre a falta de limpeza de vias que, em 2018, foi calamitosa. Já nessa altura, as infraestruturas de Portugal tinham iniciado a limpeza desde S. Gregório até a Vila, que depois foi continuado.

Quanto ao crescimento do país, o povo português fará a avaliação daqui a pouco meses. Os últimos anos têm sido de crescimento, no emprego, nos salários e é assim que se gere riqueza.

O projeto da Raia Termal é um projeto que nada tem a ver com quem são os parceiros das termas. É um projeto comunitário do qual aproveitaremos todo o investimento possível.

As Juntas de Freguesia têm sido e continuarão a ser um parceiro importante no desenvolvimento do concelho, por isso temos feito um esforço para reforçar as ajudas. Caricato é os senhores virem agora dizer que foi por vossa influencia que tal tem acontecido, quando a vossa prática não condiz com essa realidade, já que pelo menos em uma dessas freguesias têm travado aquilo que possam ser as transferências do município para essa Junta.

Quanto à comunicação e aos valores referidos não existe nada que não seja absolutamente transparente. Há a comunicação que é necessária fazer durante todo o ano. O valor apontado é um valor que engloba uma série de rubricas diferenciadas que fazem parte do normal exercício de uma autarquia.

Solicitou a palavra o deputado Jorge Ribeiro que elogiou a intervenção do deputado Pedro Silva e a forma técnica como colocou as questões, as quais não foram respondidas dessa forma pelo senhor Presidente da Câmara, que prefere antes referir-se ao trabalho efetuado fugindo assim ao essencial das questões. Relativamente a Cristóval, esclareceu que a oposição não manda nos eleitos de Cristóval. Segundo sabe, pelo que lê, o que se passa é que a maioria dos eleitos, algum do partido da maioria, não aceita que as verbas que a câmara pretende transferir sejam suficientes para efetuar trabalho que seja da competência do município. Finalmente referiu não entender porque se referem sempre, na apresentação dos documentos, ao estado da nação, no entanto deixou no ar uma questão: "Como é possível haver deficit e diminuir a dívida".

Seguidamente usou da palavra o deputado José Albano Domingues que começou por referir que se não há milagres nem existe financiamento para algumas obras porque é que se inscrevem no orçamento. Continuou dizendo que sobre a limpeza de vias a cargo das infraestruturas de Portugal, apenas estranhou o timing da intervenção do Presidente da Câmara. Em relação à intensa atividade desportiva do Centro de Estágios também será preciso encontrar municípios que tenham a excelência de instalações ali existentes. Seguidamente afirmou que nunca se regozijou com a desgraça alheia, nem com a má situação das contas da nação que acabam por prejudicar todos. Terminou referindo, em relação a Cristóval, que os eleitos têm toda a legitimidade para se manifestarem e exercerem o seu mandato, se alguém fica mal na fotografia são os eleitos do PS que não se entendem.

O Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para referir que é natural que a Melsport, à semelhança de outras empresas, tenha dificuldades de tesouraria, mas nunca tal colocou em causa a questão dos salários. Já no próximo ano será feito investimento a nível de equipamentos, nomeadamente com a requalificação do relvado sintético, para o qual conseguimos arranjar financiamento. Em relação, à questão de Cristóval, a mesma pode ter vários pontos de vista e diversas análises. O acordo de execução iria dar à freguesia uma capacidade acrescida para intervir, para além da mera limpeza de bermas. Essa capacidade acrescida, que a oposição defende, não foi conseguida por ação dos eleitos. Terminou afirmando que não pode aceitar que se diga que são importantes as transferências para as juntas de freguesia e depois aconteçam cenários destes.

Seguidamente a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo sido **aprovado por maioria, com 8 votos contra do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.**

Os grupos parlamentares do Partido Socialista e da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, ficaram de apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido **aprovada por unanimidade.**

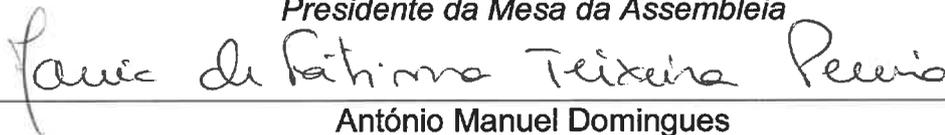
Assunto nº71	Período de Intervenção do Público
---------------------	--

A Presidente da Assembleia questionou se, alguém do público queria colocar alguma questão, tendo solicitado a palavra Augusto Pinto da freguesia de Cristóval, para focar dois assuntos. O primeiro, como vogal da Assembleia de Freguesia de Cristóval, para justificar que tinha sido recusado o acordo de execução porque a junta de freguesia não tinha capacidade, nem técnica nem financeira, para ficar com competências que são da responsabilidade da Câmara Municipal e para, além disso, referir que o Presidente da Junta não teve capacidade negocial para discutir o assunto. Em segundo lugar questionou se no orçamento existe verba para o arranjo das casas de fronteira de Cristóval, um problema que se arrasta e que, até neste Verão obrigou a Junta de Freguesia a fazer a limpeza no local, já que a câmara não o fez.

Em resposta o Presidente da Câmara afirmou que em relação às casas da Fronteira o assunto não está esquecido e brevemente haverá novidades.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 21 horas e 40 minutos, foi a reunião encerrada pela senhora Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira
Presidente da Mesa da Assembleia



António Manuel Domingues
1º Secretário da Mesa da Assembleia



Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues
2ºsecretária da Mesa da Assembleia



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

MOÇÃO DE REPÚDIO E CENSURA

Considerando:

- Que as Termas de Melgaço foram, são e serão um ativo do património de Melgaço único e de valor incalculável, o qual deve ser aproveitado em benefício da nossa terra;
- Que se trata de um património propriedade de privados, no caso a VMPS - Águas e Turismo, S.A., que depois do período áureo das Termas em Portugal ficou votado ao abandono por opções de estratégia empresarial;
- Que foi um Executivo Municipal que conseguiu, por um lado, chegar a um acordo com o dito proprietário no sentido retirar as Termas de Melgaço do processo de degradação contínua em que se encontrava - o que não foi nada fácil - e, por outro lado, que conseguiu os meios necessários para que as Termas de Melgaço recuperassem todo o seu esplendor;
- Que a Câmara Municipal de Melgaço tudo tem feito no sentido de apoiar o projeto Termas de Melgaço;
- O teor da entrevista aos representantes do Grupo Pinto da Costa & Carriço, Lda. publicada online pelo Jornal a Voz de Melgaço, no passado dia 3 de dezembro;

Propomos que:

A Assembleia Municipal de Melgaço aprove um **Voto de Repúdio e Censura**, em relação à entrevista, concedida ao Jornal "A Voz de Melgaço", pelos Diretores Executivos do Grupo Pinto da Costa & Carriço Lda, Carina Pinto da Costa e Ricardo Ferreira, difundida através da página do facebook do referido órgão de comunicação social.

Na referida entrevista são feitas afirmações graves, culpabilizando autarquia, autarcas, antigos concessionários e tecendo considerações menos abonatórias sobre os Melgacenses, culpabilizando-os até pelo insucesso do empreendimento já que em seu entender deveriam ser eles os principais utentes.

Os entrevistados "disparam" em todas as direções, lamentando-se das condições encontradas e vitimizando-se com a falta e deterioração de

equipamentos, para justificar o insucesso empresarial, chegando ao cúmulo de até insinuar a falta de “milhares de equipamentos”.

Não podemos aceitar este tipo de ataque aos Executivos Municipais e/ou aos Técnicos ao serviço da Câmara Municipal de Melgaço em relação à correção e profissionalismo como foi conduzido o processo de recuperação do Balneário Termal.

As declarações dos “ditos empresários” roçam também a obscenidade quando se referem em termos impróprios e ofensivos a um autarca (vereador da Câmara Municipal) a quem devem respeito e consideração pois foi democraticamente eleito pela população melgacense.

No discurso dos visados não se encontra uma única vez, infelizmente, a preocupação em aludir às atividades que tenham realizado ou que projetem realizar, no sentido de dinamizar o Parque Termal e assim captar clientes não só de Melgaço, mas sobretudo de outras localidades, o que, em nosso entender deveria ser o objetivo principal.

Sabemos das dificuldades de pôr em marcha um empreendimento com estas características, mas não acreditando em “varinhas de condão” não será, concerteza, com entrevistas deste teor, sem humildade, sem estratégia de futuro e sem horizontes temporais que se conseguirá definitivamente alavancar o projeto termal.

Restará aos aludidos, com mais serenidade, com maior espírito empreendedor e menos economicista, ter um rebate de consciência e retratar-se, perante a autarquia, as pessoas ofendidas e principalmente perante o povo de Melgaço.

Não parece que seja uma entrevista como esta, revelando falta de ética e roçando uma intolerável má educação que venha ajudar os referidos empresários a conseguir parcerias e relação com as pessoas da Terra, conforme desejo expresso na mesma.

O Grupo do PS



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

MOÇÃO

Nos termos da alínea e) do artigo 26.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Reorganização dos Serviços dos CTT de Melgaço

Os CTT – Correios de Portugal S.A. são atualmente um grupo empresarial focado essencialmente no negócio dos correios.

Em Março de 2004, perante uma tentativa de privatização dos CTT por parte do Governo do PSD liderado pelo Dr. Durão Barroso, a população de Melgaço insurgiu-se contra a tentativa de acabar com a gestão pública dos CTT em Melgaço. Na altura, a Câmara Municipal de Melgaço, liderada pelo Partido Socialista, conseguiu evitar esse desfecho tendo em consideração que a gestão dos CTT era pública.

Em 2013, o Governo da coligação PSD / CDS, liderado pelo Dr. Pedro Passos Coelho e pelo Dr. Paulo Portas, decidiu privatizar, através da dispersão de ações em bolsa, 70% do capital dos CTT. No ano seguinte, pela mesma via foi alienado o restante capital, passando os CTT a ser, desde então, uma empresa com capital totalmente privado.

A privatização dos CTT rendeu aos cofres do Estado 909 milhões de euros, passando desde essa data o serviço público prestado pelos CTT a ser assegurado por privados, naquilo que o então Ministro da Economia, Dr. António Pires de Lima, apelidou de “um grande êxito”.

Entrando na esfera dos privados – e apesar de manterem a concessão do serviço postal universal - os CTT passaram a partir de então a regular-se, como as demais empresas privadas, pelas leis do mercado.

Por isso, desde 2013, que os CTT têm vindo progressivamente a degradar a qualidade dos seus serviços e a encerrar estabelecimentos em todo o país – à semelhança, aliás, do que sucedeu com a privatização de outros serviços públicos.

Este foi o preço a pagar pelo povo português por uma opção de um governo que pautou toda a sua atuação governamental pelo princípio de “ir para além da Troika”. A consequência desta opção política está à vista de todos: aquilo que ganharam os privados correspondeu inversamente àquilo que perdeu o interesse público.

Este ano, os CTT deliberaram em conselho de administração o encerramento de 60 estações de correios em todo o país, incluindo a estação de Melgaço.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

Sabemos que desde o primeiro dia em que este executivo camarário teve conhecimento desta situação, manifestou a sua indignação junto dos agentes responsáveis e procurou mediar uma solução alternativa que permitisse assegurar a manutenção dos serviços prestados pelos CTT.

A solução que acabou por ser encontrada passou por um acordo de cooperação entre os CTT e uma empresa privada que exerce a sua atividade em Melgaço. E apesar de se tratar de um acordo entre agentes do sector privado, este executivo congratulou-se com a solução alcançada por entender que ela salvaguarda o interesse público.

Partilhamos da mesma opinião. A solução alcançada permitiu não apenas manter em funcionamento a estação dos CTT, no mesmo edifício, mas também alargar o seu horário de funcionamento e o leque de serviços oferecidos aos seus clientes.

Esta foi, portanto, uma boa solução. Para a defesa do interesse público e para as pessoas de Melgaço.

E numa altura em que alguns tanto apregoam a necessidade de dinamizar o tecido empresarial local, este é precisamente o exemplo consumado de uma boa iniciativa de cooperação empresarial, que permite dinamizar a economia local, revigorar o tecido empresarial e criar postos de trabalho, mantendo ao mesmo tempo um serviço público essencial em funcionamento.

A preocupação das pessoas não é a de manter uma marca. É a de manter um serviço. E cremos que a solução encontrada não só mantém o serviço que vinha sendo prestado até aqui, como inclusivamente o irá melhorar.

Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a esta Assembleia a deliberação de um voto de congratulação pela solução alcançada para a manutenção dos serviços dos CTT e manifesta a vontade de que a parceria alcançada permita reforçar e ampliar cada vez mais o leque de serviços prestados à população de Melgaço, mantendo assim o serviço público dos CTT.

Melgaço, 7 de Dezembro de 2018

Grupo Municipal do Partido Socialista



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Reunião da Assembleia Municipal de 7 de Dezembro de 2018

**Assunto: Aprovação do Plano de Desenvolvimento Sustentável e
Solidário (PDSS)- 2019**

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA

Votamos a favor deste ponto da ordem de trabalhos, porque com a apresentação do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para 2019, a autarquia pretende continuar a apostar num desenvolvimento sustentável e solidário para o Concelho, levando, ainda, mais longe um conjunto abrangente e coerente de políticas sociais.

São medidas que intervêm desde a natalidade até a terceira idade, passando pela ajuda aos casais jovens e criando, também, incentivos e isenções que visam aprofundar a política de fixação de população.

Os resultados obtidos, nos diversos anos de aplicação deste Plano são garantia que, pese as dificuldades que o país atravessa, estas medidas, de cariz humano, solidário e social, continuarão a ajudar as famílias Melgacenses a acreditar que é possível melhorar a qualidade de vida e, conseqüentemente, continuar a desenvolver o Concelho.

Melgaço, 09/12/2018

O Grupo do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

Reunião da Assembleia Municipal de 7 de Dezembro de 2018

Assunto: Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA

É gratificante para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista verificar que o Plano e Orçamento, apresentado nesta Assembleia Municipal, vêm de encontro às grandes linhas de atuação anunciadas pela maioria socialista seguindo, assim, uma tônica de verdade e seriedade que tem sido “marca” dos socialistas melgacenses.

O Plano e Orçamento para 2019, no montante de cerca de 18 milhões e quinhentos mil euros, alicerçado numa carteira de obras e projetos concretos e dinamizadores, demonstram o trabalho responsável e dinâmico da autarquia.

Trata-se de um Plano que abrange as mais diversas áreas do desenvolvimento e da economia concelhia, indo desde o planeamento e ordenamento do território até ao desenvolvimento económico, passando pela cultura, pela formação/educação e pelo desporto, abrangendo, também, áreas tão importantes como o abastecimento de água, o saneamento básico e a melhoria da rede viária e não esquecendo a política social, que continua a ser uma das grandes prioridades da autarquia.

Destacamos, também, o reforço de verbas para as Freguesias, o que reforça a intenção do executivo em continuar a trabalhar, numa estreita parceria, com as Juntas de Freguesia, parceria essa que tem, ao longo dos anos, trazido desenvolvimento a todo o concelho.

Por tudo isto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente os documentos apresentados.

Melgaço, 09/12/2018

O Grupo do Partido Socialista

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “3.” DA “ORDEM DO DIA” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 07/12/2018

(“Análise e deliberação do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável”)

Lemos o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário e temos de confessar o nosso desapontamento com as medidas nele preconizadas.

Consideramos que se trata de um Plano que pouco ou nada inova, antes constituindo um quase decalque do relativo ao ano anterior.

Enuncia medidas apresentadas de uma forma avulsa e com menção de incentivos de montante e de impacto praticamente nulos.

Registam-se os pressupostos ou requisitos, severamente apertados, de cuja verificação cumulativa se faz depender uma decisão favorável, e que postulam uma situação de quase indigência para que se tenha acesso a tais apoios.

E o que acaba de se dizer, aliadamente à parte burocrática que encerra o pedido e a sua concessão, assim como, e particularmente, os valores previstos, levam também, e seguramente, a que tenham muito pouca expressão prática.

Veja-se, exemplificando, o caso dos apoios à habitação e no domínio da saúde, com um máximo de 3 apoios, cada qual com o tecto de 100,00 Euros, o que totaliza 300,00 Euros/ano.

Atente-se, também, aos auxílios no domínio do consumo energético, com um máximo de 3 apoios, com o tecto de 50,00 Euros cada um, o que totaliza 150,00 Euros/ano.

Tratando-se de medidas avulsas, sem relevante expressão ou significado, e não obstante a aplicação de algumas delas já ocorrer desde há anos, não admira que não tenham logrado reverter o processo de envelhecimento e de perda populacional no concelho.

O mapeamento de tais medidas, relativamente aos últimos 10 anos, que integra o documento que nos foi distribuído, traça uma radiografia sobejamente clarificante daquilo que acabamos de dizer, com um acentuado decréscimo do número de apoios e do valor global de cada um. Senão vejamos:

- a)- No tocante à natalidade/adopção os apoios passaram de 59 (em 2008) para 26 (em 2017), e o respetivo valor, no mesmo referente temporal, de 31.500,00 € para 14.000,00 €;
- b)- Ao nível da saúde e da habitação o número de apoios tem sido perfeitamente residual (5 em 2016 e 6 em 2017, no caso da saúde, e 2 em 2016 e 4 em 2017, no caso do apoio ao arrendamento/crédito à habitação);
- c)- Os auxílios económicos decresceram de um total de 4.487,50 €uros, em 2008/2009, para tão só 1.527,50 €uros, em 2017/2018;
- d)- Relativamente às ajudas a casais jovens, o número de apoios é, desde o ano de 2010, de zero; e,
- e)- Nos apoios a famílias numerosas e aos bombeiros voluntários temos, como beneficiários, 2 famílias e 7, respetivamente.

Urge atacar o decréscimo populacional com medidas acutilantes e de real impacto positivo.

Tendo em conta as apontadas, e crescentes, dificuldades, não se concebe como não se opta por fixar a taxa do Imposto Municipal Sobre imóveis, no que se reporta aos prédios urbanos, no mínimo legal (de 0,3%).

Não se entende como não abdicar, ou reduzir, a percentagem, de 5%, a que o Município tem direito no I.R.S. de todos nós (com domicílio fiscal no concelho de Melgaço), como muitos outros Municípios o estão a fazer, permitindo poupanças às famílias que bem poderiam ajudar, através do consumo, por exemplo, o comércio local.

Não se compreende, por outro lado, o porquê de se estar a majorar, ou agravar, até ao limite máximo dos 30%, a taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, uma ideia impregnada do espírito de castigar quem não reconstrua os seus imóveis, quando nem se pondera se tal não reconstrução possa estar ligada a falta de verbas disponíveis para o efeito, a demoras no deferimento de processos de obras e licenças, na reorganização da vida

**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

pessoal e familiar de cada um e que postergue ou adie a efetivação de tais obras. Quando se deveria, optar, antes, por criar uma política de incentivo à reconstrução, através de medidas de impacto fiscal positivo.

Dizer, finalmente, que muito se estranha a integração num documento com esta natureza (de enunciação de apoios, ajudas, auxílios, e/ou benefícios, numa perspetiva de solidariedade e sustentabilidade) de medidas, do que são concreto exemplo, a da fixação do I.R.S. na taxa (máxima) de 5% e a da majoração do I.M.I., no caso dos prédios urbanos degradados, no (máximo) de 30%, que, na verdade, nenhum benefício (mormente de ordem fiscal) aportam para as famílias melgacenses.

Face ao exposto, e apesar de se concordar com algumas das medidas apontadas no Plano (que, todavia, defendemos deveriam ter outra expressão numérica), atendendo a que este documento integra outras com as quais discordámos em absoluto, não podemos deixar de votar contra.

É este, pois, o nosso sentido de voto.

Os eleitos do PSD no Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "5." DA "ORDEM DO DIA" DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 07/12/2018

("Presente informação da lista de prédios degradados no concelho de Melgaço para o ano de 2018, bem como aprovação da respetiva majoração a aplicar")

Estabelece o nº 8 do artº 112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

Através da presente proposta, pretende a Câmara Municipal que esta Assembleia aprove a sua vontade de aplicar a taxa máxima prevista naquele articulado, ou seja, penalizando o mais possível as famílias proprietárias daqueles imóveis.

A avidez tributária, a apetência deste executivo para ir ao bolso dos melgacenses é notória, conhecida e já uma imagem de marca da sua forma de governar. Manifesta-se nesta proposta de aplicação da taxa máxima aos prédios em mau estado de conservação, manifesta-se na aplicação da taxa máxima de IRS às famílias, entre outros.

A questão que não podemos deixar de colocar é "qual o impacto que estas medidas penalizadoras tem, além do aumento das verbas que saem dos bolsos dos melgacenses para os cofres da autarquia?". Estamos certos que não são medidas penalizadoras que possam contribuir para nenhuma espécie de dinâmicas de regeneração urbana, no caso de Melgaço, atendendo à nossa realidade sócio-económica. Prova disso é o crescente número de prédios que integram a lista que anualmente é apresentada a esta Assembleia. Se a medida tivesse algum impacto positivo, a lista teria tendência a diminuir, o que não acontece, muito pelo contrário.

Somos defensores, e o executivo poderá contar com o nosso apoio, para a implementação de políticas positivas, de incentivo e apoio à regeneração urbana, atendendo às especificidades de cada situação. A medida ora proposta é uma medida cega, que ataca todos os melgacenses de igual forma, ricos e pobres, empresas ou famílias. Estamos em condições de afirmar que esta ou aquela família proprietária merece ser penalizada? Tem rendimentos ou património que lhe permita avançar com as obras necessárias? Mais, terão rendimentos ou património que lhes permita pagar este acréscimo de imposto por esta Assembleia aprovado? É única casa de morada da família? Estão em causa partilhas com familiares que se encontram emigrados e que inviabilizam as intervenções?

O facto de esta penalização ser exatamente igual para ricos e pobres, remete-nos para a conclusão óbvia de que quem vai sofrer mais, é quem menos tem.

Enfim, esta sede de arrecadação de verbas, indo aos bolsos dos melgacenses de uma forma cega, com único intuito de arrecadar mais receitas, não pode de forma alguma merecer a nossa concordância, pelo que o nosso voto é um veemente contra.

Os eleitos do PSD no Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”.

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP SOBRE O SENTIDO DE VOTO
EXPRESSO QUANTO AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO MUNICIPAL E MELSPORT.**

07/12/2018

Enquanto eleitos e representando os interesses de TODOS os Melgacences, temos a obrigação e a responsabilidade de fazer uma análise séria e objetiva das peças orçamentais que o executivo elabora para a gestão dos destinos do nosso território.

Ano após ano, este executivo brinda-nos com Grandes Opções do Plano e Orçamentos, que não passam de planos de intenções. Planos de intenções que pouco vão sendo concretizados e que vão empurrando para a frente obras que poderiam ser estruturantes e criadoras de valor para o nosso concelho e para as nossas gentes.

Para se fazer um brilharete uma vez por ano, o executivo entrega-nos uma lista de investimentos e números previsionais que depois não saem do papel.

Não podemos compactuar com este comportamento ilusório e objetivamos da seguinte forma:

Grandes Opções do Plano:

Em 2017, há um ano, o executivo apresentava o Plano de Urbanização para a Zona Industrial de Alvaredo como estando em fase de conclusão, passado um ano afinal está apenas em elaboração.

Em 2017, havia verbas projetadas e registadas para que a Zona Industrial fosse uma realidade, em 2018 nas GOP apenas estão inscritos 2000 euros para este projeto.

Pode o executivo garantir que vamos ter a curto prazo uma nova Zona Industrial moderna e atrativa tão necessária para a criação de emprego e fixação de população? Pelo que nos é apresentado, não pode.

Em 2017, ia desenvolver esforços para que o Centro de BTT em Lamas viesse a ser concretizado, em 2018 vai continuar a desenvolver esforços...Provavelmente em 2019 o registo vai continuar e Centro de BTT nem no papel, nem em obra.

Em 2017, referia o executivo socialista:

O Município fez um esforço financeiro considerável para desenvolver uma séria de projetos, que pretendem contribuir para o desenvolvimento económico da nossa terra:

- Ecovia onde começa Portugal
- Requalificação do Parque de Campismo de Lamas de Mouro
- Requalificação da zona ribeirinha de Castro Laboreiro
- Requalificação da cada da Cultura de Melgaço
- Reconstrução do "Cine Pelicano"

.....

Em 2018, o que aconteceu a estes projetos estruturantes e importantíssimos para o eixo de desenvolvimento escolhido pelos sucessivos executivos socialistas?

Uns desapareceram simplesmente das GOP's, outros foram empurrados para 2020, 2021. Alguns sinalizados com 500 euros, 1000 euros.

Em 2017, o executivo queira evidenciar a capacidade que tinha de lançar obras de Regeneração Urbana, que iriam beneficiar a sede do concelho e todo o seu casco urbano.

- Das obras referidas, apenas a da Rua Fonte da Vila foi iniciada, e para 2019 fica a mesma lista em programação. Mais uma intenção depois, pouco ou nada concretizada.

E os exemplos sucedem-se:

- Abastecimento de água a Paderne e Couso – estavam previstos investimentos de 200.000 euros nas GOP's do ano passado. Agora a obra já não é prioritária e empurra-se para 2020
- Habitação Social – estavam previstos investimentos a fazer no ano corrente de 240.000 euros. Não foram feitos, e agora diz-se que serão em 2019 e o valor desce para metade – 120.000 euros. Garantem que o investimento vai ser feito?
- Recuperação das Casas de Fronteira/Aldeia Nova – o projeto desapareceu das GOP's e do Orçamento. Morreu?

Para a zona de Montanha do nosso concelho, o ano passado, o executivo, provavelmente para mascarar a falta de investimento a que votou a freguesia de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, indicava três obras a lançar:

- Criação de Zona de Acesso de Kayak's no Ribeiro de Baixo – um investimento a fazer em 2019, no valor de 240.000 euros. Que acontece agora a esta obra? Desapareceu das GOP's.
- Requalificação do Parque de Campismo de Lamas de Mouro – ia avançar este ano, num valor de 534.000 euros. Agora passa para 2020.
- Requalificação da Zona Ribeirinha de Castro Laboreiro – foi abandonado o projeto? Estava previsto um investimento em 2019 de 451.000 euros e agora desapareceu das GOP's.

E continua :

- Ecovia onde começa Portugal – importante marca para o desenvolvimento turístico do nosso território, anunciada com grande alarido pelo sr. Presidente em 2017 indicando que o investimento seria iniciado logo nesse ano, será mais uma vez adiada para 2020.
- Requalificação das Piscinas Municipais – adiada para 2020, o investimento baixa de 1.200.000 euros para 800.000 euros
- Museu do Cinema / Cine Pelicano – era em 2019, passa para 2021
- Requalificação da Casa da Cultura – era em 2018, passa para 2020
- Requalificação da Escola Primária da Vila – ia ser feita em 2019, passa para 2020

Curiosamente o executivo, que tem gasto 29.000 euros anualmente com a sua agência de comunicação, prevê agora a necessidade de nos próximos 4 anos passar a gastar 50.000 euros/ano. Para a propaganda não se olha a meios, para o futuro dos Melgacenses ai já se tem que ter cautela.

Toda esta falta de ambição e a estratégia ambígua e mal definida do executivo socialista desagua em dados factuais e exemplo disto é o Orçamento apresentado para o próximo ano.

Um Orçamento que minga em mais de 1.500.000 na sua componente de Investimento.

Este corte orçamental reforça duas coisas:

- Os orçamentos anteriores eram um engano para os Melgacenses, pois não tinham adesão nenhuma com a realidade e acabavam sempre em taxas de execução baixíssimas.
- A falta de ambição, de criatividade e de um rasgo que dê esperança aos Melgacenses. Esperança num território moderno, criador de oportunidades e com futuro para quem cá quer viver.

Por fim, ficamos extremamente preocupados com as contas previsionais apresentadas pela Melsport.

A Melsport gere um dos equipamentos mais valiosos e estruturantes do nosso concelho, o Centro de Estágios. E gere-o com uma dupla responsabilidade, garantir o seu bom funcionamento e a sua continuidade e ainda gerar valor para a população e para o município.

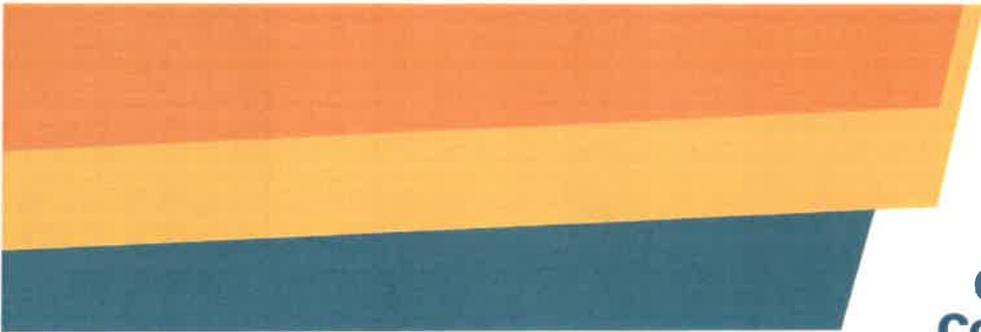
Esta responsabilidade só pode ser assegurada com boas contas.

O sr. Vereador José Adriano Lima, presidente do CA da Melsport, na apresentação que faz das contas refere os seguintes pontos relevantes:

- Ao fim de 17 anos de funcionamento, há necessidade de grandes investimentos que garantam a competitividade do Centro de Estágios no mercado, pois neste período nada foi feito em termos de grandes investimentos na manutenção ou qualificação da oferta.
- Há necessidade de se reposicionar no mercado, e investir em comunicação, ações de promoção e captação de clientela
- Há necessidade de potenciar a dimensão comercial da empresa, por forma a garantir a sua sustentabilidade.

Só podemos concordar com o sr. Vereador, mas depois analisando as contas nada disto se materializa nas mesmas.

- Investimento – zero. Está inscrita apenas uma verba de 25.000 euros para manutenção de equipamentos.
- Vendas de serviços relacionados com Estágios – diminui de 77.386 euros para 53.098 euros
- Tesouraria precisional – a Melsport pelos mapas apresentados terá um saldo médio de disponibilidades a rondar os 15.000 euros. Este valor não dá para pagar metade do volume mensal de encargos com os funcionários.



**PRÁ
FRENTE
MELGAÇO**

↑ PSD ↗

Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

Se algo falhar e as vendas não se concretizarem, ou, um ou mais clientes falharem com os pagamentos a tempo e horas, que vai acontecer?

Perante esta análise ás GOP, ao Orçamento Municipal e ao estado das contas da Melsport, o nosso voto só pode ser contra.

O Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”